

EDUCAÇÃO FAMILIAR NA FORMAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ACADÊMICA DA MULHER GUINEENSE NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA¹

Andrelina Gomes Tundé²

RESUMO

Este trabalho brotou-se da necessidade de comunicação proferida na IV^a Conferência Internacional a convite de Estudantes Guineenses de Ciências Humanas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE), onde tive a oportunidade de debruçar sobre o tema “Educação Familiar na Afirmação Política, Social e Acadêmica da Mulher Guineense”. Com o aprofundamento da temática acabei pesquisando mais sobre o assunto para o meu trabalho de conclusão do curso em sociologia ganhando assim um novo teor denominado Educação Familiar na Formação Política, Social e Acadêmica da Mulher Guineense no período Pós-Independência. O presente estudo objetiva analisar como a educação familiar influencia na formação política, social e acadêmica da mulher guineense após a independência, refletindo sobre suas atuações nas diversas esferas sociais do país. A pesquisa afirma hipoteticamente que a educação familiar é um fator importante na formação da mulher guineense, pois influencia no seu desenvolvimento pessoal, profissional e social. Para a realização do presente trabalho, foi mobilizado como método a pesquisa documental através do qual provieram as informações utilizadas para a produção das inferências relativamente à questão da educação da Mulher e sua emancipação na sociedade guineense. Portanto, é importante que sejam oferecidos a todos os jovens, independentemente de gênero, a oportunidade de escolarização mais equitativa possível, para garantir não só a igualdade, mas também oportunidades sociopolíticas como demanda a constituição da República.

Palavras-Chave: Educação Familiar, Igualdade de gênero, Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This work arose from the necessity of communication delivered at the IV International Conference by invitation of guineense Students of Human Sciences at Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE), where I had the opportunity to discuss the theme “Family Education in the Political, Social and Academic Affirmation of Guinean Woman”. With the deepening of the theme, With the deepening of the theme I ended up researching more on the theme for my final thesis in sociology winning with this a new content which is family education in political, social and academics formation of guineense women in the post-independence period. The present study aims to analyze how family education influences the political, social and academic formation of Guineeanse women after independence, reflecting on their actions in the different social spheres of the country. The research hypothetically states that family education is an important factor in the formation of guineense women, as it influences their personal, professional and social development. In order to carry out this work, was used as a method documental research, through which the information used to produce inferences regarding the issue of women's education and their emancipation in guineense society was provided. Therefore, it is important that all young people, regardless of gender, be offered the

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado em formato do artigo do curso de licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura em Sociologia, aprovado em 11 de julho de 2023.

² Licencianda em Sociologia e bacharel em humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. E-mail: teresandrelina@gmail.com

most equitable schooling opportunity possible, to ensure not only equality, but also socio-political opportunities as required by the Constitution of the Republic.

Keywords: Family Education, Gender equality, Guinea-Bissau.

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho brotou-se a partir da comunicação proferida na IV^a Conferência Internacional de Estudantes Guineenses de Ciências Humanas na UNILAB-CE, onde tive a oportunidade de debruçar sobre o tema “*Educação Familiar na Afirmação Política, Social e Acadêmica da Mulher Guineense*”. A comunicação alberga como objetivo problematizar a histórica reivindicação das mulheres guineenses pelos direitos políticos e civis subsumidos com o término da luta pela independência contra o governo colonial salazarista na década de 1973/74. A pesquisa afirma hipoteticamente que a educação familiar é um fator importante na formação da mulher guineense, pois influencia no seu desenvolvimento pessoal, profissional e social.

O presente estudo objetiva analisar como a educação familiar influencia na formação política, social e acadêmica da mulher guineense após a independência, refletindo sobre suas atuações nas diversas esferas sociais do país. O debate que se pretende levar nesta temática não é fator surpresa para os guineenses e acadêmicos daquele país, pois atualmente, há artigos, monografias e teses discutindo essas questões. Por conseguinte, pretendemos fazer análises bibliográficas e documentais sobre o assunto em abordagem, tendo como marco o período pós-independência, ou seja, a partir dos anos 1973, pois esse período marca o início do Estado-nação guineense.

O assunto é de extrema importância, visto que traz uma problemática nacional ancorada na realidade social do país e que secularmente tem sido praticada pelas famílias guineenses. Ao falar da educação familiar é, acima de tudo, falar de como as famílias se organizam e como as meninas são educadas para as suas inserções na sociedade. Para isso, nosso debate aqui trará aspectos como papel do pai, da mãe, dos irmãos, tios, vizinhos e entre outros. Importa frisar que em nossa sociedade, isto é, em sociedade guineense e não só, a família não é entendida simplesmente composta por pai, mãe e filhos/as; o conceito de família acaba sendo mais abrangente, muito por questões culturais. Em dadas circunstâncias, a comunidade em geral é tida como família assim, qualquer que sejam os membros da mesma sociedade são tidos como família.

Para Furtado (2005), a família africana possui características específicas fundamentadas nos princípios tradicionais num sistema de valores diferentes de outras realidades. Ainda

segundo o autor supracitado, a família africana em determinadas situações marca casos que dão início a uma ruptura com determinados princípios tradicionais mais arraigados e, noutros, um processo de conciliação entre o tradicional e a modernidade. Diante desta complexa realidade, tentaremos sob a perspectiva sociológica refletir de forma expressiva sobre alguns pontos a serem analisados no contexto guineense.

Situado na costa ocidental da África, a Guiné-Bissau completa, neste ano de 2023, cinquenta anos após se tornar independente da colônia portuguesa em 24 de setembro de 1973 depois de uma sangrenta luta armada que durou cerca de 11 anos nas matas do país. Os 50 anos da independência nos leva a pensar sobre as mudanças ocorridas de lá para cá, principalmente em relação à participação das mulheres nos diferentes ambientes políticos, econômicos, culturais, acadêmicos e outros. Essas análises serão feitas partindo sempre do princípio de que há um lugar onde essa Mulher foi criada e esse lugar é a família. Então, sua vida na sociedade guineense será fortemente influenciada por esta educação tida como familiar.

Para entendermos o período pós-independência é necessário compreender os períodos anteriores que significa recorrer o passado daquela sociedade e analisar como eram as estruturas sociais guineenses, partindo da lógica de que havia e há vários grupos étnicos no país e em muitos casos, cada um têm suas tradições, modos de educar que muitas vezes se sustentam nas bases religiosas ou tradicionais.

Partiremos com a base tradicional. De modo geral, as etnias guineenses fundamentam suas existências a partir do ensino oral transmitido de geração em geração, o que permitiu os modos de vida e os rituais a chegarem até os tempos atuais. Diante disso, esses modos de vida eram estruturados em função da localidade. Se olharmos para os séculos XIX e XX, um período não muito longo de nós, ao analisar a sociedade local, compreenderemos que os homens sempre dominaram as mulheres, mas esse domínio pode ser em parte como temporário tendo em conta que, em algumas etnias, mulheres eram centros das atenções e de tomadas de decisões.

A rainha Okinka Pampa manteve à frente do poder no arquipélago dos bijagós até o ano da sua morte, em 1923. Tratava-se de uma mulher venerada e respeitada em todo o arquipélago bijagó, e foi também destacada nas literaturas sobre resistências desencadeadas contra o processo colonial na Guiné Bissau. (ALMEIDA, 2018, p.4).

Analisar a sociedade guineense é acima de tudo, analisar a sua complexidade de casos, como estas, mas, no entanto, levando em conta o território guineense, e da forma

como tem acontecido, pode-se dizer que os homens são a maioria no centro do poder, muitas vezes, sendo vozes principais na educação familiar e na participação política.

Essa situação foi manifestada pelo Amílcar Cabral ao longo do período da mobilização para a luta contra a colonização, onde defendeu que a luta que estavam fazendo contra o poder colonial português na Guiné-Bissau e Cabo Verde jamais será vencida se excluirmos as mulheres, pois elas são partes importantes para a tomada de decisões (GOMES, 2016). O Amílcar Cabral conhece a realidade guineense, fato este que lhe permitiu reconhecer essa importância social da mulher guineense na tomada das decisões.

Analisando o contexto religioso percebe-se que havia etnias que baseavam suas formas de educação através de preceitos religiosos, assim, as mulheres devem obediência aos seus esposos e não se pode questionar suas decisões, principalmente direcionadas à filha, pois esta está sendo preparada para ser dada em casamento e evitar a gravidez precoce, segundo argumento dos pais. A voz di paz cita entrevista feita em Cátio, sul da Guiné-Bissau, no qual o entrevistado explica que,

a partir dos 15 anos, na nossa lei corânica, a mulher já se pode casar. É meio complicado o Estado proibir o casamento precoce, mas não punir aqueles que engravidam as meninas menores de idade e fora do casamento. (VOZ DI PAZ, 2019, p. 48).

A questão é complicada na medida que as tradições jogam com as novas ordens estabelecidas pelo Estado. Com isso, os regulados, os comitês de tabancas e responsáveis religiosos aprovam as práticas tradicionais, principalmente no interior do país onde isso mais se verifica. Então, o casamento precoce e as gravidezes também fazem parte dos protocolos dos pais para com as suas filhas, cujo argumentos são de proteger as filhas para seu futuro marido. Enquanto que nas outras etnias, havia questão do tipo herança cultural, onde os pais celebram casamento antes mesmo da menina atingir idade de maturidade, então, ela deve ser ensinada a obedecer a seus pais quanto o seu futuro esposo.

A vicissitude guineense se caracteriza por essas questões que ao longo de séculos têm orientado as famílias. Posto isto, o período pós-independência será entendido se os fatos citados anteriormente foram de fato, melhorados. Do ponto de vista guineense e ou africano, a Guiné-Bissau teve Carmen Pereira como a primeira mulher presidenta, que foi líder interina por apenas dois dias em 1984, fato este muitas vezes, considerado histórico e motivação para as gerações de mulheres pós-luta.

Quando se discute a formação e a participação da mulher nas diferentes esferas da sua sociedade, a ideia é compreender como isso se configura de ponto de vista da sociologia e entender, antes de tudo, que é uma questão social e, portanto, deve ser analisada no seu contexto próprio, das experiências de ponto de vista daquilo que a sociedade vinda da luta de libertação considera a importância que era a mulher assumir esse papel.

Assim, tornar-se-á possível analisar se tal fato abriu espaço para essa participação da mulher na sociedade de modo efetivo sem, no entanto, seja com apoio do homem ou homens, ou mesmo, se a estrutura familiar guineense considera isso importante e motivadora para suas filhas poderem seguir como modelo social.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO: EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE GUINEENSE

O contexto histórico educacional guineense é caracterizado por momentos diferentes, como descrito no parágrafo anterior, de que o período antes da independência teve seu momento na forma da educação familiar e período pós-independência também teve e constitui espaço privilegiado para nossa discussão.

O que chamamos de contexto histórico tem a ver com o fato de que recorremos ao passado para entender a forma da educação familiar entendido aqui como forma de saber. Esse saber é no sentido de que já no século XX havia escolas nas diferentes regiões do país, mas, tendo em conta as resistências familiares em não abrir mão dos seus métodos educacionais, mantendo assim suas filhas sobre educação-de-casamento³.

Após a criação do Estado guineense, o governo tem investido no sistema educativo com objetivo de aplicar o ensino de saber ler e escrever o português, língua adotada como oficial. Essa situação constitui resistência por parte de muitas famílias que justificam o fato de suas filhas serem educadas de outras formas que não seja dos habituais, nos quais eram ensinadas a obedecer a seus pais e seus maridos e cuidar das atividades domésticas em casa.

³ Entendemos por educação de casamento tudo aquilo que é praticado de forma a forçar as meninas a aceitar a submissão aos pais com objetivo de serem preparadas para seus esposos, sem que essas tenham opção de escolha das suas próprias decisões.

Segundo o relatório da Voz di Paz⁴, Iniciativa para a Consolidação da Paz e Interpeace, publicado em 2018, após um diagnóstico feito na Guiné-Bissau, explica o seguinte,

as práticas discriminatórias entre gênero no domínio escolar não favorecem o florescimento das meninas e seu desenvolvimento acadêmico. Poucas meninas são encorajadas a concorrerem para postos de responsáveis de turma e muitas delas com potencial não são reconhecidas pelos pais, que desempenham um papel chave no apoio à criança e no seu desenvolvimento escolar. Por exemplo, na sessão de audição em Mansoa, os participantes concordaram com a intervenção do Paulo Bodjam que citou uma menina considerada exemplar e muito inteligente que apesar da intervenção da escola e muitos elementos da comunidade por acreditarem no potencial da jovem, os pais decidiram interromper seus estudos para a casar. (VOZ DI PAZ, 2018, p.45).

A educação familiar vê a educação formal como ameaça a seu método tradicional, constituindo assim, disputa entre o Estado e os pais. A consequência disso é o casamento, contudo como citado, as meninas acabam sendo dadas em casamentos pelos próprios pais na tentativa de manter a tradição.

Nossa posição nisso é de que deve haver diálogo por forma a esclarecer questões como estas, por assim, ter a participação de todos no processo de educação formal, porque, o que consideram de educação é um sistema praticado por gerações, e não será fácil acabar entre famílias na Guiné-Bissau.

Nos tempos antigos, os pais não deixavam suas filhas saírem de casa por terem medo de abusos por parte dos homens. Esse impedimento levou aquilo que se conhece de educação em casa, pois isso aconteceu na tentativa de os pais protegerem suas famílias dos próprios homens. Por outro lado, a consequência disso está no fato dos históricos de violências praticados pelos homens contra as mulheres e também, as mulheres passam a ser proibidas de lugares frequentados pelos homens, como por exemplo, a educação formal.

Para Silva (2018), as mulheres sentem medo de sair nas ruas por medo dos homens. Ou seja, a tradição forçou as mulheres ao medo e como consequência à submissão delas aos homens. Em parte, essa situação constitui essa proibição no passado, mas que pode ser combatida com constante participação do Estado junto às famílias.

⁴ “Voz di Paz, “Iniciativa para a Consolidação da Paz, é uma organização não governamental da GuinéBissau que tem a missão de apoiar as populações e autoridades para melhor responderem aos desafios da consolidação da paz e ajudar na prevenção de conflitos”. (Voz di Paz, 2019. p.02)

É notório que todo e qualquer conflito desestabiliza de forma brusca vários setores de um determinado país. O que se observa, porém, dentre tantos conflitos que a GuinéBissau atravessou ao longo de várias décadas, temos a destacar o período de 7 de junho de 1998, pois este período marca uma época de conflito nesse país que, segundo Semedo (2006) colocou em risco todos os avanços conseguidos antes e agravou a situação por si já precária dos setores sociais.

O que se observa, no entanto, é que os conflitos retardaram o crescimento educacional no país, registro disso é que somente em 1997 segundo a autora supramencionado teve início uma nova experiência em alfabetização de mulheres e meninas, através de um projeto piloto apoiado por PNUD/UNESCO e UNICEF, tendo sido alfabetizado durante o ano letivo de 1997/1998 um total de 2.239 alfabetizandos, dos quais 1.771 mulheres e 468 homens.

“Tradicionalmente, a escola sempre foi identificada como um espaço para homens no contexto guineense, que destinou às mulheres o espaço da casa e o trabalho doméstico” (SILVA, 2022, p.1). É nítido que a escola não é identificada como um espaço para as mulheres, pois isso se verifica dentro de casa. Quando os pais são desprovidos de recursos financeiros em dadas circunstâncias priorizam sempre a educação dos filhos e deixam de fora as mulheres.

Apesar dos esforços efetuados nos últimos anos, a taxa de alfabetização das mulheres é ainda bastante baixa e persistem diferenças no acesso à educação. As razões que explicam o baixo nível de escolaridade das mulheres relativamente aos homens têm que ver com a visão tradicional da sociedade em relação ao papel da mulher no mercado de trabalho e na própria sociedade. A repartição do trabalho doméstico e agrícola, que desde sempre exerceu uma influência decisiva no momento da escolha quanto à escolarização dos filhos segundo uma perspectiva de género negativa, isto é, dando prioridade à educação dos rapazes sempre que os recursos não permitissem a educação de todos, foi um dos fatores determinantes da condição social e cultural de inferioridade das mulheres em relação aos homens. (GOMES, 2008, p. 09).

Conforme já nos debruçamos nas ponderações anteriores e de acordo com o posicionamento de vários autores supraditos ao longo do nosso estudo, o acesso à educação relativamente as mulheres ainda não é verificado em grande escala, muito por questões já referidas nos parágrafos anteriores, pois desde cedo a escola não foi pensada como um espaço para as mulheres e que os seus deveres se restringem especificamente a atividades domésticas. A forma como cada família educa os seus filhos influencia substancialmente em sua inserção na sociedade com personalidade ética e crítica.

A educação para todos é um bem comum e vai mais além do que o simples fato da sua inserção escolar, nessa perspectiva desejamos trazer ao leitor ponderações significativas sobre o que é propriamente a educação no âmbito geral. Essa prática promove o direito à igualdade de oportunidades e distribuição de trabalho de forma igualitária sem segregação, discriminação quer seja por gênero, cultura ou classe social. Promover a educação para todos não é tarefa fácil, as políticas que visam articular tais práticas na Guiné-Bissau ainda carecem de inúmeras reflexões, muito por questões históricas e o longo período de opressão colonial que o país vivenciou.

2.1 EDUCAÇÃO E GÊNERO: EMANCIPAÇÃO *IDEM* CONFORMISMO NA SOCIEDADE GUINEENSE

Queremos iniciar esta sessão com o conceito de gênero. Nas nossas reflexões, incluímos um olhar diversificado sobre o conceito. Pois entendemos que este conceito, não envolve apenas questões biológicas, mas também históricas e socioculturais de um povo. No entanto, pensar a relação da educação e gênero precisa olhar por esses fatores das quais as mulheres vêm lutando na desconstrução dos pensamentos de marginalização e para afirmar as suas identidades e potencialidades em prol de desenvolvimento nas diversas sociedades ao longo dos tempos.

Assim, o utilizar género enquanto conceito que dá conta do carácter socialmente construído de identidades com base no sexo ou perspectiva analítica para aumentar a capacidade de formular novos sentidos não pode subsumir[...] a ideia de que o conceito e a categoria de género podem esconder a diversidade de posições, ideias, estatutos e necessidades de mulheres e homens mais do que aquilo que é importante na perspectiva[...] pois dar conta de todas as formas concretas através das quais as mulheres assumem os seus problemas, as suas resistências e alternativas nos diversos contextos sociais e temporais. (SEMEDO; BARROS 2013, p.18).

Os autores chamam a atenção sobre a universalização do feminismo no contexto ocidental que não leva em consideração a heterogeneidade de forma mais abrangente. Demonstrando que,

o potencial do carácter etno e logo-cêntrico da categorização feminista dominante esconde a complexidade e a diversidade das experiências sociais, materiais, simbólicas, políticas e de poder das mulheres, mostrando o quanto podem ser desadequados os conceitos de patriarcado e género. (CUNHA, 2011, p. 24 *apud* SEMEDO; BARROS 2013, p. 18).

Pois existem as sociedades nas quais as mulheres desempenham papéis importantes nas tomadas de decisões, sendo elas mesmas a pilotarem os destinos dessas.

São os casos dos papéis de mulheres chefes de família, mulher *baloberu*, das rainhas e rei *femia* das *mandjuandadi*, das filhas mais velhas – que arcam com a responsabilidade da gestão do lar e com o cuidado dos irmãos mais novos –, vulgarmente apelidadas ‘matchumindjer’ [Maria-rapaz], nas comunidades guineenses, por essas mulheres assumirem protagonismos não baseados no sexo biológico ou classe social, mas assente muito mais nas relações intergeracionais de estatuto e de relacionamento com o chão. (SEMEDO; BARROS 2013, p.18-19).

A compreensão do gênero torna-se complexa quando for limitada apenas à concepção eurocêntrica sem levar em consideração as múltiplas formas da sua definição em outras realidades do mundo. Essa multiplicidade demonstra como a percepção do gênero vem tomando outras dimensões de acordo com a sociedade e realidade, por não se resumir apenas nas questões biológicas, mas também sócio históricas. O desempenho de uma determinada função, não define o ser homem ou ser mulher, pois as funções sociais dependem dos sentidos atribuídos que podem variar de sociedade para sociedade.

[...] a interpretação das realidades africanas baseada nas afirmações ocidentais da oposição homem/ mulher e no decorrente privilégio masculino muitas vezes produz distorções na análise e na linguagem utilizada, já que as categorias sociais possuem padrões distintos. A autora adiciona alguns outros exemplos sobre como a categoria ‘gênero’ é significada em formações sociais africanas distintas: na sociedade Igbo, há as filhas masculinas, e os maridos femininos; na sociedade Shona, algumas mulheres possuem status ‘patriarcal’, e são isentas de realizar trabalho ‘de mulheres’; na sociedade Akan, o porta voz do chefe é referido como sendo “a esposa do chefe”, mesmo quando o chefe é uma mulher (reconhecida como o marido) e seu porta-voz um homem. (OYEWMI, 2004 Apud, CIRNE, 2017, p.4).

Por consequência, o termo gênero precisa ser repensado olhando pela sua multiplicidade, na qual a mulher não deve ser considerada apenas no seu aspecto de reprodutividade, mas também pelos aspectos da sua responsabilidade para o desenvolvimento social.

Na mesma linha de análise, se formos estudar o conceito gênero na sociedade guineense, compreendemos que é uma temática complexa tanto quanto as leituras étnicas, ou seja, tendo em conta a forma da organização social do país, cada grupo étnico tem sua concepção de gênero. Portanto, neste aspecto, as discussões se referem às pessoas que se identificam como de sexo masculino e de sexo feminino, respectivamente.

Posto isto, vale ressaltar que a tomada dessa consciência nos permite a encarar o conceito de gênero no seu sentido mais abrangente, evitando assim o nosso aprisionamento apenas nos aspectos sexuais. Isto é, fazer uma diferenciação entre o que são aspectos biológicos e aqueles que são frutos da construção social, ou seja, entre sexo e gênero. Existe diferença entre os dois termos quanto às características. “As características sexuais são biologicamente determinadas e permanecem as mesmas através do tempo e entre as sociedades. Características de gênero são moldadas por relações sociais, mudam com o tempo e variam de sociedade em sociedade” (FERNANDES *et all*, 2015, p.6). E para melhor detalhe os autores apresentam o seguinte quadro demonstrativo.

Quadro de demonstração das características de sexo e gênero

SEXO	GÊNERO
Atributo Biológico/Nascimento a velhice	Social/Aprendido
Não muda ao longo do tempo	Transforma - se com o tempo
É o mesmo em todas as sociedades	Muda de acordo com o contexto social
Varia-se de corpos	Contém valor desigual

Fonte: Fernandes *et all* (2015, p. 6)

Vimos que a categoria sexo é invariável e universal, ao passo que, gênero é variável na medida que pode mudar de acordo com tempo, espaço, cultura e sociedade. Como sendo um fruto da construção social, o gênero pode moldar as nossas ações e comportamentos na sociedade. “Meninas e rapazes aprendem que a sociedade espera que eles se comportem diferentemente e que cumpram certos papéis de gênero. Estas expectativas causam impacto em suas atitudes e comportamentos durante o ciclo de vida” (FERNANDES *et all*, 2015, p.6).

Sendo um debate pautado na análise de práticas adjacentes que excluem um determinado grupo social de participação nos espaços de decisões e de mulher, entendemos que, debater a participação das mulheres guineenses nas diferentes estruturas sociais, política e culturais do país é peremptoriamente negada em função da sua identidade sexual, cujas as decisões são tomadas pelos homens.

Por isso, a nossa análise vai centralizar-se na Guiné-Bissau para analisar a relação de gênero no campo educacional e compreender como essa relação influencia na participação das mulheres nos espaços da tomada de decisões, ou seja, para emancipação

da classe feminina na sociedade Bissau-guineense. Entendemos que como sendo um país possui as suas problemáticas nos aspectos de gênero.

Sendo assim, ao falar da sociedade guineense e da sua problemática histórica, não podemos deixar de lado o papel que as mulheres desempenharam para a afirmação da Guiné-Bissau como um país “soberano com Estado independente”. Isso quer dizer que as mulheres deram as suas contribuições tanto na luta anticolonialista assim como na busca de consolidação do Estado de direito nesse país.

Embora o contexto político, marcados pelas instabilidades políticas continuassem a ser um dos principais obstáculos para as suas maiores aderências/participações nos espaços de tomadas de decisões. Esse fenômeno foi referenciado por Barros e Semedo (2013) ao citarem as palavras de José Ramos Horta ex-representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, afirmando que,

ao longo da História da Guiné Bissau, as mulheres têm demonstrado uma forte capacidade de intervenção na liderança política, nos esforços de consolidação da paz, na luta pelos direitos humanos, bem como no desenvolvimento econômico e social. No entanto, o contexto de instabilidade política e governativa tem constituído um entrave à continuidade na adopção e implementação de políticas e processos públicos que permitam fazer face aos constrangimentos que as impedem de gozar em pleno os seus direitos humanos, particularmente os direitos civis e político. (BARROS; SEMEDO, 2013, p.12).

Para os autores, a participação das mulheres nos lugares de tomadas de decisões sobre o destino da Guiné-Bissau vem decrescendo cada vez mais devido à instabilidade política, mesmo no período em que o país se considera democrática. Perante estes fatos, é importante compreender como se dá a educação formal tomando como base a formação oferecida pelo Estado guineense.

a) Educação Formal

Para este assunto, antes de mais, é preciso entender o que defende o Estado guineense a respeito. Segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu art. 16º, na sua primeira sessão, explica a importância da educação para o país da seguinte maneira: “art.1º- A educação visa a formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso”. (CRGB, 1996, p. 6). E, na segunda seção reconhecendo a necessidade da liquidação por completo do analfabetismo no país e tendo em conta a

urgência disso, já que o país saiu da luta armada com maioria da população analfabética, explica, “art. 2º - O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental”. (CRGB, 1996, p. 6).

A constituição é clara na matéria de o Estado garantir a educação e erradicação de analfabetismo no país, mas esse direito à educação foi se fragmentando desde a independência, o que constitui a negação de direito a pessoas de sexo feminino, pois não havia acompanhamento e políticas públicas para as suas inserções nas escolas. Os pais que não deixam suas filhas irem às aulas passaram a confirmar-se com a atuação do governo que não controla o sistema educativo. Neste particular, a educação das meninas não representa prioridade dos governos guineenses. Apesar do modelo da estrutura educacional guineense, constituído de forma a permitir uma maior integração de todos e aprendizagem conforme faixa etária dos alunos.

De acordo com o Plano Nacional de Educação, publicado em (2003) explica que, a educação formal guineense está estruturada de seguinte maneira: ensino pré-escolar destinado às crianças de 3 a 6 anos de idade; ensino básico elementar que compreende as primeiras quatro primeiras classes, obrigatório e gratuita à todos; em seguida vem o ensino básico complementar que compreende dois ciclos, primeiro ciclo de 5 e 6 classe e segundo ciclo de 7 classe à 9 classe. E o ensino secundário também dividido em duas, ensino secundário geral (10, 11 e 12 anos de escolaridade) e ensino técnico profissionalizante.

Por fim, o ensino superior inclui todas as modalidades de ensino superior no país. A questão é, como é pensada esse ensino numa sociedade cujo os pais continuam resistindo em não deixar suas filhas frequentarem as aulas justificando por questões de violências, gravidez precoce ou educação familiar que as ensina a obedecer para no final serem dados em casamentos, muitas vezes pelos homens com idades avançadas. Esse fator também contribui para que hoje as mulheres não se encontrem em lugares de destaque, desistem muito cedo de continuar frequentar as aulas, são minorias na política.

O modelo pensado pelo governo para educação podia ter grandes resultados se fosse pensado com políticas públicas que garantissem a entrada, permanência das meninas nas escolas tanto em Bissau, capital da Guiné-Bissau, quanto nas regiões. Contudo, de alguns anos para cá, isso vai acontecer gradativamente, devido ao apoio do programa alimentar mundial que cria a cantina escolar a nível nacional, contribuindo com gêneros alimentícios nas escolas e ainda para as meninas levarem para as suas casas.

Então, a formalidade da educação guineense pode ser entendida em processamento, tendo em conta essas situações abordadas. Um outro fator agravante é o fato do país permanentemente vivido instabilidade política, onde o Estado não existe na sua plenitude. Muitas vezes, as famílias assumem papel do Estado, e nessas circunstâncias, as meninas são as mais vítimas tendo em conta as proibições dos pais. A cantina escolar tem dado resultados positivos e força às estruturas secularmente criadas pelas famílias a abrirem espaço para o ambiente da educação formal. Em algumas regiões da capital Bissau, as meninas passam a frequentar ensino formal de todos os níveis. Desta forma, pode-se dizer que as mudanças acontecem devido a esses incentivos. É frequente escutar entre as meninas as expressões como “os homens de hoje não querem mulheres que não vão à escola formal na Guiné-Bissau” ou seja, apesar desta afirmação ser conflitante, tendo em conta, o homem continua a ser centro de atenção e de referência, mas não deixa de ser importante e motivador para as participações das meninas na educação formal, ultrapassando todas as barreiras familiar.

O homem guineense vive uma certa liberdade na família. É visto como futuro herdeiro da casa e responsável pelas suas irmãs. Este fator contribui naquilo que a sociedade acredita como melhor para eles nos tempos antigos. É preciso que o Estado enquanto mediador das relações assume papel na formação formal e sã ambiente entre eles e as famílias por assim, fazer funcionar a educação como valia para todos.

b) Não formal

Entende-se por educação informal tudo aquilo que se pratica além do estabelecido pelo Estado guineense como educação formal, mas de forma específica, considera-se informal também as diferentes formas de educação praticada pelas famílias guineenses (educação familiar) em particular as dirigidas às meninas tanto em capital Bissau quanto nas regiões e seu desmembramento e participação das mulheres nos diferentes espaços do país.

A prática da educação não formal pode ser vista em diversas esferas da sociedade guineense. É uma prática que é herdada dos nossos ancestrais, que é o processo de transmissão de conhecimento de geração para geração de forma verbal. Nas relações de convivência quotidiana dos jovens guineenses não existem figuras de mestre, todos aprendem com todos, é uma forma de ensinamentos que acontece de uma forma não intencional, mas que consegue ter um alcance de uma boa parte da sociedade [...] (BARI, 2022, p.27).

A educação não formal acaba espelhando um conjunto de conhecimentos que geralmente são enraizados sobre uma perspectiva propriamente cultural. Esses ensinamentos que acontecem de modo não intencional geralmente acabam sendo levados para a vida toda. De acordo com Furtado (2005) a educação não formal engloba uma série de atividades educativas organizadas fora do contexto educativo formal.

Assim, de acordo com as ponderações de vários autores, chega-se à reflexão de que a educação não formal abrange a alfabetização, a educação de adultos e outros tipos de educação. Está sob a orientação do Ministério da Educação e funciona com a intervenção de diferentes entidades (ONG, organizações sociais, comunitárias, entre outros).

A educação formal distingue-se da educação não formal pelo fato daquela ser ministrada em instituições escolares, por um corpo estável de docentes, no quadro de um programa de estudos determinado. As instituições educativas formais são caracterizadas por unicidade, rigidez, universalidade, sequencialidade, pelo seu carácter regulamentar, institucional e permanente e estruturas horizontais e verticais.

2.1.1 Educação Equitativa

A educação pensada a partir desta perspectiva de equidade, é sobretudo, o reconhecimento da necessidade e da diversidade de cada indivíduo numa determinada sociedade. No nosso caso em específico, trata-se da forma como as meninas são tratadas nas suas casas, nas escolas e quais as oportunidades que têm para entrarem nos mercados de emprego, na política, ou seja, de modo geral, quais os mecanismos que lhes permitem inserir na sociedade guineense diante desta complexa realidade no qual os homens são sempre dados oportunidades de estudar de saírem de casa e de emprego.

Pensar-se-á que no cenário atual da sociedade guineense, educação é a base de tudo, sendo assim, torna-se importante os princípios da equidade no sistema educacional por forma a permitir o exercício da cidadania, da igualdade e da inclusão social. Quer dizer, a valorização dos princípios de igualdade defendida pela constituição de 1996 e, acima de tudo, compreender que a diversidade constitui a riqueza da nação guineense e as mulheres são os pontos fundamentais para essa riqueza.

No nosso entender e, de acordo com o relatório da Voz di Paz (2010), muitos destes fatores, inclusive da exclusão ou não apoio às meninas tem a ver com a própria tradição

guineense que pautava na pessoa de homem como centro da família, ou seja, homem que manda em casa, portanto, as meninas devem obediência a ele.

Então, a educação também em certo momento, foi pensada para os homens e não para ser compartilhada com as meninas, pois a elas devem ser ensinadas “tarefas de casa” que significa, as meninas devem saber cozinhar, lavar roupas, arrumar a casa, pescar, cortar a lenha para cozinha entre outras. Há uma expressão guineense que diz o seguinte: “*minjer ku ka sibi fasi tarbadju di kasa, kila ika pa kasa kel*”, ou seja, a mulher que não sabe as tarefas da casa, não é para casar. Essa expressão é tão forte que as próprias mulheres em certo ponto reproduzem isso entre elas.

Por outro lado, os anciões estando perdendo esse espaço de privilégio de manter suas filhas em casa sob trabalho doméstico, passam a reclamar do fato de estes “chamados de novas gerações” não quiseram mais trabalhar como antes, preferem estudar.

De acordo com relatório da Voz di Paz, citando a fala de um dos participantes na auscultação realizada no leste da Guiné-Bissau, esse pai explica o seguinte, “Agora tu nem podes com os teus filhos, quanto mais com os filhos dos outros” (VOZ di PAZ, 2010, p. 84). Ou seja, as mudanças ocorridas nos últimos anos, com a intensificação de projetos voltados à educação de jovens, entre homens e mulheres, no país, com as cantinas escolares e outros projetos voltados às mulheres, fizeram com que as meninas passassem a frequentar as escolas e isso mudou por completo a realidade social e cultural.

Assim, os pais reclamam da situação de perda de poder de controle que tinham sob seus filhos e filhas. As meninas passaram a ter maior participação nas escolas e nos mercados de trabalho, igualmente, na política, pois o domínio dos homens que antes era largamente celebrada, passa por novas mudanças com as participações das mulheres como explica Luzinete da Silva Figueiredo de que “aprender a ler, escrever e contar, eram ensinamentos destinados aos dominantes, para os dominados restava o processo pelo qual a obediência era o objetivo maior” (FIGUEIREDO, 2020, p. 4).

Pensar a educação equitativa é também pensar os aspectos culturais e sociais do país, as instituições de ensino, os docentes, materiais didáticos, situação econômica dos pais, os investimentos na educação pelo governo. Estes fatores são importantes não só para a participação das meninas, mas também, permitir com que todos, meninos e meninas possam aprender em boas condições e isso passa necessariamente pelo investimento no sector educativo e apoio aos pais encarregados de educação. Para João José Monteiro no seu artigo intitulado *o ensino guineense – a democratização ameaçada*, explica,

no setor educativo, a qualidade exprime-se e mede-se através dos seus produtos, ou seja, os resultados obtidos pelos alunos e o prestígio do diploma sancionado os estudos. Mas numa perspectiva mais abrangente, a qualidade deve ser apreciada pela forma como os indivíduos são preparados por esta instituição com vista à sua intervenção nos diversos sectores sociais e tecnológicos. (MONTEIRO, 1996, p.106).

Os resultados da educação na vida das meninas são importantes para o país quanto para as suas famílias, por isso, é importante à participação de todos, pois deste modo, os conflitos e resistências da parte dos pais em não deixar suas filhas irem estudar, será negociada para esclarecer as situações, principalmente dialogar com a tradição e a modernidade na perspectiva de permitir com que as partes boas sejam aproveitadas para melhoria da sociedade.

Como debruçado nos parágrafos anteriores, a educação formal é aquela que geralmente é recebida nas escolas, porém, diante do exposto, torna-se necessário refletir sobre como a educação formal promove uma educação mais equitativa. Promover a equidade na educação formal, significa integrar e valorizar as diferenças individuais de modo a enriquecer o processo ensino e aprendizado de forma igualitária. De acordo com o Manual para garantir inclusão e equidade na educação,

[...] Construir o entendimento comum de que sistemas educacionais mais inclusivos e equitativos têm o potencial de promover a igualdade de gênero, reduzir desigualdades, desenvolver capacidades do professor e do sistema, e encorajar ambientes de apoio à aprendizagem. Estes vários esforços, por sua vez, contribuirão para melhorias globais na qualidade da educação [...] (UNESCO, 2019, p.13).

Verifica-se que, a educação formal e a educação equitativa, elas se complementam e são alvos de inúmeros questionamentos, por intermédio do estatuto estabelecido pelo governo que visa a implementação da educação formal para todos, porém sabe-se que o sistema educativo alberga uma série de ponderações que remetem a uma análise profunda relativamente ao contexto equitativo. Assim, o conceito de educação para todos propõe uma inclusão educacional substancialmente equitativo em todas as esferas educacionais. Portanto, é de inteira responsabilidade do Estado proporcionar a todos os jovens uma educação formal democrática, participativa, crítica e

emancipatória e sobretudo equitativa de modo que todos tenham acesso a todos os recursos para o pleno aproveitamento acadêmico.⁵

3-FORMAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ACADÊMICA DA MULHER GUINEENSE

Durante o período em que a Guiné Bissau esteve sobre o controle dos portugueses, as mulheres participavam de forma ativa nas tomadas de decisões em diferentes aspectos da realidade - política, social e econômica. O período pós-independência trouxe mudanças significativas no que concerne a participação das mulheres em assumir posições de destaque.

[...] após a independência, muitas mulheres foram afastadas de cargos de tomada sendo vistas como seres fragilizados na sociedade, de modo que, poucas mulheres alcançaram a verdadeira emancipação. Ou seja, de estarem inseridas e envolvidas nas decisões políticas de menor prestígio; nos mercados de trabalho e nos circuitos econômicos considerados 'formais', em que desempenham um papel fundamental na tradição familiar, uma vez que são responsáveis pela família e gestão da casa, educação dos filhos e maioritariamente executoras de atividades econômicas 'informais. (GOMES, 2016, p. 32).

Observa-se que, após a independência, muitas mulheres foram afastadas de cargos de tomadas de decisões e voltaram para posição de subordinação. Para Cabral (1975), após o país se tornar livre da realidade opressora, houve uma queda enorme da efetivação das mulheres em determinados espaços sociais, tendo em conta as novas articulações estratégicas do governo que infelizmente não proporcionam igualdades de oportunidades entre ambos os gêneros.

[...] a luta das mulheres assenta-se nos esforços para eliminar a discriminação, violência, preconceito, estereótipos e ganha cada vez mais visibilidade na sociedade. Isso é fruto de ações empreendidas pelos movimentos, educação de qualidade e participação efetiva das mulheres nos sindicatos, escolas, universidades, associações, etc. (FERNANDES et all, 2015, p.7).

No contexto atual a participação da mulher guineense na política é muito fraca, contudo, esta visão acaba desencadeando de forma significativa na discriminação de

⁵ De acordo com a revista Voa Português, (2015), a Guiné-Bissau apresenta uma taxa total de alfabetização de 59.9%, num universo de um milhão de pessoas, segundo os dados da UNESCO para 2015. Dentro da população guineense, 71.8% dos homens são alfabetizados contra 48,3% das mulheres. Não há registros de dados recentes sobre a taxa de alfabetização de homens e mulheres.

gênero e abrindo um leque de lutas diárias que segundo Fernandes (2015), culmina na base da dedicação das mulheres no que toca as exigências de igualdade de oportunidades e tem surtido mudanças significativas que obrigam os homens a reconsiderar a sua posição de agir frente às mulheres.

Sob outra perspectiva, Gomes (2019), traz reflexões importantes sobre a não presença de mulheres acadêmicas na produção intelectual do INEP. Ainda segundo a autora supracitada observa-se que debater questões e procurar formas de luta para reverter este estado de coisas constitui uma forma de reconhecer as desigualdades históricas de gênero perpetuadas e buscar novos equilíbrios e novos paradigmas.

A fraca participação das mulheres nas tomadas das decisões para condução do destino do país não foi causada só pelos fatores de instabilidade políticas, mas este vem somando com os fatores históricos e socioculturais resultantes da herança de gerações em gerações. Nesse caso, aumentam a desigualdade social entre homens e mulheres. Como criticam,

na Guiné-Bissau, observa-se de forma evidente desigualdades estruturais entre os homens e as mulheres, meninas e rapazes, ditadas pelo contexto sociocultural e económico e por circunstâncias sociais e políticas específicas, que colocam as mulheres em situação de desvantagem, com um fraco exercício para desenvolverem o seu pleno potencial e gozar dos seus direitos humanos. [...] As desigualdades entre os homens e as mulheres, ou seja, as desigualdades de gênero, expressam-se através de estereótipos e preconceitos transmitidos entre gerações e práticas discriminatórias que conduzem mulheres e homens, meninas e rapazes de gozarem de diferentes oportunidades e consequentemente de terem níveis diferentes de participação no processo do desenvolvimento e na esfera de tomada de decisão. (FERNANDES *et al*, 2015, p.5).

Esses fatores têm contribuído para a marginalização, discriminação contra mulheres em todos os setores, sejam eles políticos, sociais e acadêmicos, colocando-as em situação de vulnerabilidade quando comparadas com os homens, mesmo sendo elas o grupo majoritário em termos populacional. É o caso da Guiné-Bissau, onde as mulheres representam a maioria da população, mas fazem parte dos grupos vulneráveis (BANCO MUNDIAL, 2009; ILAP, 2010), pois além disso,

apresentam níveis notoriamente mais baixos de educação do que os homens; uma baixa representação na administração pública; desempenham os trabalhos mais precários com rendimentos mais baixos e acumulando trabalho doméstico e trabalho produtivo; os casamentos e gravidezes precoces são outros fatores que lhes diminuem o acesso às oportunidades de educação e desenvolvimento profissional; contribuem para a subsistência do agregado familiar através de trabalho

informal com baixo rendimento; uma baixa prevalência de casamentos formais; a falta de regulamentação do pagamento de pensões alimentícias para pais separados e ficando, na maior parte dos casos, as mulheres com os filhos para educar; existe um cada vez maior número de mulheres chefes de família; e, ainda, o sistema de segurança social que só cobre uma pequena parte da força de trabalho formal, maioritariamente masculina. (SEMEDO; BARROS, 2013, p.17).

Na citação acima, entende-se que, vários contextos sejam elas históricos, sociais, económicos, políticos, culturais e tradicionais, constituem bases que impossibilitam a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões. Esses obstáculos podem ser superados, caso houvesse as políticas públicas de incentivo às camadas femininas em todos setores, sobretudo as educacionais. Pois é por meio da educação que tomamos consciência sobre nós e dos outros. É através dela que podemos fornecer a cada ser os recursos para a sua formação e melhor a sua integração noutros campos da vida.

Parafraseando Paulo Freire, ao concretizarmos o processo ensino aprendizagem, capacitando a criança, o jovem e o adulto a ler, a escrever a fazer cálculos, estaremos a dar a cada um desses indivíduos instrumentos para construir a sua história, a vida da sua Nação/identidade; uma possibilidade de entender essa história/raízes e poder rever-se nela como um pedaço da memória coletiva da Nação a que pertence e do mundo. (SEMEDO, 2006, p.01).

Promover uma educação equitativa entre homens e mulheres é contribuir para diminuição da desigualdade e problemas sociais. Mas no contexto guineense a garantia do direito à educação continua a merecer muita preocupação. Ou seja, continua a não ser prioridade do Estado.

O fraco investimento na educação guineense tem contribuído para o não desenvolvimento da gestão do sistema educativo para atender as demandas educacionais. Consequentemente, constituindo de obstáculos para consolidação do direito à educação na Guiné-Bissau, que se consta na Constituição da República de 1996. O que demonstra uma diferença entre o desejo e a realidade, entre o discurso e a prática. Essa situação vem merecendo a preocupação de muitos guineenses preocupados com a garantia do direito à educação para todos os guineenses. Uma preocupação que foi enfatizada por Semedo, ao argumentar que,

o direito à educação é considerado um dos direitos fundamentais da pessoa humana e consequentemente um dos direitos da criança. Mas, as dificuldades de gestão de um sistema de ensino sem recursos dão mostras de que não basta a boa vontade e a declaração da educação como um direito. É necessário ir para além da vontade e das boas intenções. (SEMEDO, 2006, p.3).

A autora alerta sobre a importância de dar atenção ao direito à educação, que deve ser, não só pela legislação e normatização, mas também o desenvolvimento das ações práticas. Essas ações para garantia desse direito seriam possíveis a partir do desenvolvimento, implementação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas educacionais. No entanto, o Estado precisa desenvolver suas ações envolvendo todas as outras forças vivas da nação para concretização do direito à educação para todos.

4 CONCLUSÃO

A Guiné-Bissau classificada como um país subdesenvolvido, apresenta características extravagantemente brutas quando se fala nas questões de equidade de gênero e acessibilidade de mulheres aos instrumentos ideológicos, sobretudo, materiais para a emancipação, controle ou espionagem e manutenção das vidas públicas e privadas na arena de política de Estado. Essa falta se vê mais numa parcela sistêmica de políticas educativas, permanentemente fabricadas por constantes governos na Guiné-Bissau desde sua independência política de Portugal, isto é, o sistema Educativo Formal.

Refletir sobre a educação familiar tanto na formação política como social e acadêmica da mulher guineense no período pós – independência, é de caráter expressivo, que alberga uma série de ponderações sobre uma problemática nacional enraizada na realidade social do país e que secularmente tem sido praticada pelas famílias guineenses.

É de suma importância retratar sobre a educação familiar e sobretudo na forma de como as famílias se organizam e como as meninas são educadas para as suas inserções na sociedade. Verifica-se, no entanto, que no contexto social da Guiné-Bissau, muito por questões associadas à estrutura patriarcal, as mulheres são privadas de exercer certas atividades, ato que abre espaço para discriminações.

Sobre outra perspectiva, a temática nos possibilitou na aquisição de inúmeras reflexões de como é a educação familiar africana e suas influências. A educação familiar no contexto africano possui características próprias e geralmente são fundamentadas nos princípios tradicionais. Constata-se, que a forma como são educadas as meninas é completamente distinta da forma como são educados os meninos.

Nessa lógica de raciocínio, pode-se dizer que a educação das mulheres é baseada na submissão, ou seja, desde muito cedo elas são moldadas a assumirem papéis de esposa

e mãe centradas na vida doméstica, já os meninos, a sua educação desde o início é centrada numa perspectiva mais autoritária. Importa ainda salientar que essa forma de educação desencadeia de forma rigorosa a desigualdades de gênero muito pela forma como são educados.

O conceito de gênero na sociedade guineense ainda carece de inúmeras reflexões muito pela visão estereotipada que desencadeiam de forma brusca a segregação de gênero. Todavia, de acordo, com os autores supracitados ao longo da reflexão do nosso estudo verifica-se que a compreensão de gênero na sociedade guineense, remete a uma análise complexa tendo em conta a forma da organização social do país, que por sua vez é composto por vários grupos étnicos e por consequência cada um com a sua concepção de gênero.

Sendo assim, ao falar da sociedade guineense e da sua problemática histórica, não podemos deixar de lado o papel que as mulheres desempenharam para a afirmação da Guiné-Bissau como um país “soberano com Estado independente”. Isso quer dizer que as mulheres deram as suas contribuições tanto na luta anticolonialista assim como na busca de consolidação do Estado de direito nesse país. Embora o contexto político, marcada pelas instabilidades políticas continuasse a ser um dos principais obstáculos para as suas maiores aderências/participações nos espaços de tomadas de decisões.

Os resultados da educação na vida das meninas são importantes para o país quanto para as suas famílias, por isso, é importante à participação de todos, pois deste modo, os conflitos e resistências da parte dos pais em não deixar seus filhos irem estudar, será negociada para esclarecer as situações, principalmente dialogar com a tradição e a modernidade na perspectiva de permitir com que as partes boas sejam aproveitadas para melhoria da sociedade.

Também se faz necessário considerar que o não destaque das mulheres e a fraca participação nas esferas de tomadas de decisões estão profundamente conectadas aos fatores macroestruturais que são: o governo, a cultura, etnia e religião.

Contudo, o afastamento das mulheres nas diferentes esferas sociais envolve toda uma discussão sobre a temática de gênero, apesar das diversas segregações e restrições impostas sobre as mulheres, existem alguns efeitos consideráveis no ramo acadêmico realizado por mulheres guineenses tanto dentro, como fora do país nas últimas décadas. Reconhecer a desigualdade de gênero, possibilita a abertura de ponderações para a quebra de paradigmas estereotipados.

Portanto, é importante que sejam oferecidas a todos os jovens, oportunidades de escolarização o mais equitativo possível para garantir não só a igualdade, mas também a equidade entre os indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. **Participação das mulheres guineenses no processo de resistências contra o colonialismo português: O caso da rainha Okinka Pampa.** 21 f. Projeto de pesquisa (Graduação) - Curso de Graduação em Humanidades. Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape CE, 2018.

BARI, M. M. **Associação De Bairro Como Um Espaço De Formação Político Educacional Para Jovens Guineenses.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

BARROS, M.; SEMEDO, O. **A Participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisões na Guiné-Bissau. Da consciência, percepção à prática política.** Bissau: Unogbis, 2013.

CABRAL, A. **Arma da teoria: unidade e luta.** Fundação Pedro Pires, 1975.

CIRNE, M. **A produção do conhecimento necessárias das intelectuais feministas africanas no campo dos estudos de gênero e a agencia do codesria.** Revista África(s), v. 04, n. 08, p. 104-114, jul./dez. 2017

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU (1996). Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf>. Acesso: 21 de Jun. de 2023.

FERNANDES, Y. S. G; GARAU, E. M.; MORENO, S. S. **Manual De Igualdade Equidade De Género.** UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu. Novembro 2015.

FIGUEIRÊDO, L. S. (2020) **Educação Inclusiva e Equitativa de Qualidade: Dos Jesuitas à Pandemia.** Disponível em: chromeextension://efaidnbmnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.editorarealize.com.br/edito-ra/ebooks/conedu/2020/ebook2/TRABALHO_EV140_MD7_SA_ID3082_07102020162524.pdf. Acesso em: 28, de fev. de 2023.

FURTADO, A. B. R. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidade.** Dissertação (Doutorado). Departamento de ciências da Educação. Universidade de Aveiro, 2005.

GOMES, P. A. G. **Mulheres do Sector Informal. Experiências da Guiné-Bissau.** 2006.

Disponível em: <http://www.cisa-as.uevora.pt/download/EncontrosEmpreendedorismo/Artigo%20%20Patricia%20Gomes.pdf>. Acesso em: 1 de Jul. de 2023.

GOMES, P. M.; MONTEIRO, A. O. C. **Os desafios da lei de paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau**. Cadernos de África Contemporânea, v. 3, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rn2Twt/>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

GOMES. P. G. **A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes**. África Development, Volume XLI, No. 3, 2016, pp. 71-95

MONTEIRO, J. J. O ensino guineense – a democratização ameaçada. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (org.). A Guiné-Bissau vinte anos de independência: desenvolvimento e democracia balanço e perspectiva. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Impressão: Guinegráfica, Bissau 1996.

Manual para garantir, inclusão e equidade na educação. Brasília: UNESCO, 2019. 47., il. ISBN: 978-85-7652-245-4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL DA GUINÉ-BISSAU: **Plano nacional de ação, educação para todos**. Bissau, fev. 2003.

Mais África e Mundo. **Mulheres continuam a ser vítimas do analfabetismo**. Revista Voa Português. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mulheres-diainternacional-alfabetizacao/2952318.html>. Acesso em: 14. de jul. de 2023.

SEMEDO, M. O. C. **Educação como Direito**. 2006.

SILVA, C. M. (2022) **Mulheres Guineenses E A Escolarização No Livro A Escola, De Domingas** **Samy**. Disponível: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2721>. Acesso em: 1 de Jul. de 2023.

SILVA, C. **Violência contra mulheres e os desafios da igualdade de gênero na GuinéBissau**. Sintidus, 2018, nº 2. pp.3-33.

VOZ DI PAZ. As causas profundas de conflitos a voz do povo. Interpeace, 2010.

VOZ DI PAZ. FALA DE MINDJER, As vozes das mulheres. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. Interpeace, 2019.

